

CORREIO ECONÔMICO



Divulgação

Créditos para reconstruir RS serão isentos de juros

Governo anuncia crédito de R\$ 10 bilhões para socorrer RS

Impulso efetivo para a retomada da atividade econômica do Rio Grande do Sul, o governo federal deve anunciar, nessa segunda-feira (27), a abertura de uma linha de crédito superior a R\$ 10 bilhões, montante sobre o qual deverá incidir juros mais baixos, com foco em empresas gaúchas de grande porte (com faturamento anual acima de R\$ 4,8 milhões), para a indústria,

agronegócio e comércio. Gestor do programa de financiamento, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) também poderá repassar os recursos aos bancos que oferecê-los diretamente ao segmento. Em razão do ‘funding’ com o Executivo federal, os respectivos empréstimos contarão com taxas inferiores às de mercado.

Pelo perfil

A justificativa do Ministério da Fazenda para a não exigência de garantias se deve ao perfil das empresas (grande porte), de maior proximidade com os bancos, por conta disso. Estes teriam sido contatados pelo governo para participar do programa de oferta de crédito.

Sem precedentes

O programa de crédito às empresas gaúchas deverá contar com um montante avaliado em R\$ 7,5 bilhões, que poderão alavancar R\$ 52 bilhões em novos financiamentos, a taxas de juros subsidiadas ou isentos, como é o caso de empréstimos concedidos no âmbito do Pronaf.



Divulgação

Preço do cereal deverá ter preço tabelado ao consumidor

Liberados mais R\$ 6,7 bilhões para importação de arroz

Aparentemente ignorando a ‘grita’ dos produtores gaúchos, o governo federal acaba de anunciar Medida Provisória (MP) que libera mais R\$ 6,7 bilhões para importação de arroz, a pretexto de garantir o abastecimento nacional, ameaçado pelas enchentes que atingiram regiões produtoras do Rio Grande do Sul, maior produtor

nacional (70%). Com esse novo valor, já soma R\$ 7,2 bilhões o total de recursos empregado para aquisição externa de até milhão de toneladas de arroz, cujo preço ao consumidor, garante o Executivo, não deverá passar de R\$ 4 o quilo, para venda direta aos mercados de bairros, supermercados e hipermercados.

Sem imposto

Devido à situação emergencial, o Mapa decidiu excluir o imposto de importação sobre o arroz – após aumentos de preços do produto verificados no Mercosul – conforme medida aprovada pelo comitê-executivo de Gestão da Camex (Câmara de Comércio Exterior).

Todos os tipos

A zeragem do imposto de importação – que visa evitar o desabastecimento e a escalada inflacionária do produto – adotada pela Camex, abrange todo os tipos de arroz não parboilizado e polido/brunido que integram a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (Letec).

Pela revisão

Ante à iniciativa governamental, entidades ligadas à rizicultura gaúcha (Fedarroz, Fearroz e Sindiarroz) pediram ao Mapa que reveja a autorização para a compra pública de 1 milhão de toneladas de arroz importado, bem como a isenção da tarifa de importação.

Solidariedade já

Prova inequívoca de solidariedade que persiste entre os brasileiros, as doações do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF) para o Rio Grande do Sul totalizaram R\$ 35 milhões, de acordo com dados da Receita Federal, obtidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Hecatombe climática do RS ameaça controle da inflação

Alerta é do presidente do BC, Campos Neto, ante o impacto da tragédia

Por Marcello Sigwalt

Bem além da deterioração fiscal ‘em marcha’ – devido à voracidade de gastos, que anula os ganhos expressivos de arrecadação federal – o grau elevado de incerteza decorrente de conflitos geopolíticos do planeta ou a indefinição dos juros ianques pelo Federal Reserve (Fed), o bc dos EUA.

A mais nova variável que ameaça o ‘suado’ controle da inflação tupiniquim é a hecatombe climática (carente de explicação científica convincente) que acometeu o Rio Grande do Sul.

É o que adverte o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, ao fazer um diagnóstico sintético da situação do estado: “Apesar de a safra de arroz já ter sido colhida, teve o problema de o solo ser danificado, de a logística ser danificada... aveia, arroz e trigo são as coisas que mais afetam o IPCA”, ao ressaltar ‘ainda não ser possível dimensionar o impacto dos alagamentos’.



Divulgação

BC: efeito climático devastador sobre economia gaúcha deve impor ônus inflacionário

Ao observar que, no cenário global, ‘países com perspectiva de menor inflação para 2024 e 2025 têm preço da alimentação mais controlado’, o dirigente do BC admitiu que o custo de reconstrução do estado gaúcho certamente impactará o quadro fiscal nacional, pois, “em qualquer

parte do mundo, se o fiscal não estiver ajustado, os banqueiros centrais do mundo terão mais trabalho”.

Frente à calamidade sulista, Campos Neto lembra que a escalada altista dos alimentos pode ser medida pela importância econômica sul-rio-grandense: 6,5% do Produto

Interno Bruto (PIB) do país; 12,7% do PIB do agronegócio; 99% da safra brasileira de canola; 73% de aveia; 71% de arroz; 45% de centeio e 40% de trigo.

O último boletim Focus elevou, de 3,76% para 3,80%, o IPCA para 2024, e de 3,66% para 3,74%, para 2025.

Fala derruba câmbio e mercado futuro

O prognóstico nada positivo emanado pelo comandante do BC foi logo captado pela piora de outros indicadores econômicos, como os juros futuros e o câmbio. Após passarem na última sexta-feira (24) na trilha de queda, os contratos de depósito interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 saltaram de 10,390%, na véspera, para 10,405%, e a do DI para janeiro de 2027 cresceu de 11,080% para 11,135%.

Na mesma ‘toada’, o dólar à vista avançou 0,27%, passando a R\$ 5,1679, traduzindo o maior fechamento da moeda de Tio Sam, desde 30 de abril, quando fechou a sessão cotado a R\$ 5.1923, com valorização acumulada em 1,29% na semana.

Para o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, “internamente, a agenda não é positiva. As dúvidas sobre a política fiscal cresce-

ram, houve a troca de presidente da Petrobras e aumentou a preocupação com quem será o próximo presidente do Banco Central”.

Já para o diretor da Wagner Investimentos, José Raymundo Faria Júnior, “o mercado não aceitou bem a decisão (da última reunião do Copom), não aceitou bem a comunicação, e isso tem piorado a nossa curva de juro”.

Um efeito adicional negati-

vo sobre as taxas inflacionárias, admitiu Campos Neto, seria o avanço do custo de rolagem da dívida global, que subiu muito, aumentando o risco de liquidez. “Desde o ano passado, eu tenho uma grande preocupação com o tema da dívida pública global. Se você olhar a dívida de EUA, Europa e Japão, a gente está falando de dois terços da dívida, com um custo de rolagem que multiplicou por 3,4 vezes”, calculou. (M.S.)

Acordo Azul-Gol turbina ações de aéreas



Divulgação

Mercado reage positivamente à provável fusão de aéreas

sobre a possibilidade de uma fusão entre as companhias aéreas. Dado que a Azul voa sozinha em mais de 80% das suas rotas, a combinação dos seus negócios poderia desbloquear sinergias substanciais de receitas”, subcreveram os técnicos da instituição financeira.

Pelo acordo operacional, consumidores de ambas as aéreas (detentoras de aproximadamente 1.500 decolagens diárias) poderão adquirir passagens de ambas as aéreas, por meio dos respectivos canais. Nesse aspecto, o chamado ‘codeshare’ passaria a valer a par-

tir do final de junho próximo, cujo acordo deverá abrir mais de 2.700 oportunidades de viagens com apenas uma conexão.

Enquanto o acordo operacional não ‘decola’, caberá à Superintendência-Geral (SG) do Cade avaliar os contratos de parceria, além de exigir os esclarecimentos correlatos, no contexto da análise em curso. Pelo ângulo de ‘estratégia de mercado’, a parceria é um negócio oportuno, uma vez que este permitirá o compartilhamento de um mesmo voo de rotas domésticas, até então, exclusivas.

Do ponto de vista legal, predomina o entendimento de que o mero pedido de esclarecimentos ao conselho serviu como ‘pré-notificação’.

Mais do que a aprovar ou a parceria, a principal preocupação do Cade é de aferir se o acordo implicaria algum problema concorrencial. (M.S.)

Reforma poderá taxar cigarros em 250%

Um dos pontos de maior divergência entre os grupos de trabalho que discutem a forma de regulamentação da reforma tributária, o Imposto Seletivo – o chamado de ‘imposto do pecado’, incidente em itens considerados nocivos à saúde e ao meio ambiente – poderá implicar taxaço de até 250% para o cigarro, 46% para a cerveja; 32,9% para refrigerantes e 61,6% para demais bebidas

alcoólicas.

A previsão consta da ferramenta Simulador de Imposto sobre Valor Agregado (SimVat, na sigla em inglês), pela qual o Banco Mundial enfatiza a “importância de usar evidências concretas e sugestões baseadas em dados para inspirar o texto final da reforma”, acervo que poderá ser utilizado por pesquisadores, parlamentares e contribuintes, explica o economista principal da entidade no país,

Shireen Mahdi.

Entre outras atribuições, o SimVat calcula que, se não houvesse incidência do Imposto Seletivo sobre bebidas alcoólicas, refrigerantes e cigarros, a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) subiria de 26,5% para 28,1%.

Por sua vez, o Ministério da Fazenda tem alegado que o imposto do “pecado” não teria fins arrecadatórios, mas tão-somente regulatórios, isto é, com vistas

a combater hábitos de consumo nocivos à saúde e ao ambiente.

Por meio de nota, a secretaria extraordinária da Reforma Tributária revelou ter repassado aos economistas do Banco Mundial as alíquotas consideradas pela equipe de quantificação, visando manter a carga tributária desses produtos. Técnicos da Fazenda evitaram comentar a potencial taxaço de itens da reforma, se limitando a afirmar que se trata de “hipóteses de trabalho”. (M.S.)